

Terrorismo global

George Joffé¹

Depois dos acontecimentos dos últimos anos, com os ataques terroristas em Nova Iorque, Washington, Bali, Casablanca, Istambul, Madrid e Londres, é consensual afirmar que existe uma nova ameaça no século XXI – uma violência global indiscriminada, inspirada numa ideologia inflamada, proveniente do Islão e dirigida contra o Ocidente. É como se os anos 90 tivessem sido apenas um interregno entre a estabilidade familiar da Guerra Fria – não obstante os receios da destruição mútua – e as incertezas do presente, em que mais uma vez se iniciou uma luta maniqueísta entre o bem e o mal, personificando ódios irracionais e ameaçando as virtudes da civilização moderna. O conceito de uma comunidade internacional baseada em regras está a ser cada vez mais posto em causa pela imperiosa necessidade de enfrentar, e vencer, esta nova ameaça, mesmo parecendo que se está a transformar numa eterna batalha em que a vitória nunca será certa.

A Europa tem sido empurrada para esta nova versão de conflito global, muito embora os pressupostos que lhe estão subjacentes se baseiem numa visão securitária cuja superação está na origem da própria União Europeia². O objectivo primeiro da União era, afinal, acabar com a guerra que quase destruiu a Europa no século passado e os mecanismos que permitiram alcançar este objectivo moldaram as políticas comuns em relação ao resto do mundo, em particular ao Médio Oriente e ao Norte de África. O perigo agora é que a contradição entre os seus valores supostamente pós-modernos de partilha de princípios e derrogação da soberania e o mundo Hobbesiano do excepcionalismo americano e da projecção globalizada dos seus interesses nacionais³ possa arruinar as conquistas da Europa e, mais importante ainda, as relações que mantém com os seus vizinhos do sul.

Vale a pena, no entanto, considerar em que medida é correcta a análise da actual situação. O pressuposto ironicamente reconfortante – porque centrado em opostos ideológicos e, portanto, morais – de que estamos envolvidos, mais uma vez, numa batalha ideológica, mais do que numa crise política, deve ser questionado. O terrorismo é uma arma bastante perniciosa, mas tem os seus antecedentes e finalidades. Não é primordialmente uma arma ideológica, mas de modo geral usa técnicas de inculcação do medo para concretizar os seus objectivos políticos específicos. Esses objectivos, em si, têm origem em problemas políticos, normalmente

¹ Investigador associado, IEEI.

² Ver Kagan, R., 2003, *Paradise and power: America and Europe in the new world order*. Londres: Atlantic Books.

³ Dunne, M, 2003, «The terms of connection»: geopolitics, ideology and synchronicity in the history of US foreign policy», *Cambridge Review of International Affairs*, 16: 3 (Outubro 2003) e Haine, J-V., 2003, «The imperial moment: a European view», *Cambridge Review of International Affairs*, 16: 3 (Outubro 2003).

deixados por resolver até que consigam congregam as atenções através da violência. O Islão – ou antes, uma visão extremista da acção política, legitimada por referência ao Islão – pode estar a ser usado como veículo retórico para justificar essas acções, mas não é nem a sua causa nem a explicação. Uma análise mais rigorosa dos acontecimentos que estiveram na origem do 11 de Setembro de 2001 e do seu enquadramento pode ajudar a clarificar este assunto.

Os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001

É banal considerar que o 11 de Setembro de 2001 representa um ponto de viragem na política global, marcando uma mudança paradigmática nas relações internacionais. Estes acontecimentos não só marcaram o início da «Guerra contra o Terrorismo» como foram um catalizador do processo de afastamento de um conceito de uma comunidade mundial controlada pelo direito internacional, através das Nações Unidas, em favor de outro em que as certezas morais e os interesses nacionais de uma única superpotência se expressam através da intervenção preventiva. Em muitos aspectos, estas mudanças também significam um passo atrás nos paradigmas que governam as relações entre os Estados – da era pós-colonial para o imperialismo liberal de finais do século XIX, agora reconstituído como «imperialismo relutante»⁴ e justificação moral para a intervenção preventiva.

Tem sido tendência entre os comentadores considerar o 11 de Setembro de 2001 como algo único nos anais do terrorismo moderno. E foram, mas apenas em dois sentidos: o número de pessoas mortas (3 421) e a audácia do plano envolvido⁵. Esta audácia residiu na capacidade de ver que poderiam ser levados *x-actos* para o avião, apesar dos todos os modernos controlos, e que estes seriam instrumentos eficazes de intimidação, e na capacidade de planejar os sequestros simultâneos e adquirir o treino para pilotar um moderno avião a jacto. Em todos os outros aspectos, o que ocorreu já tinha sido concebido ou tentado antes, seja um ataque nos EUA, o uso de um avião para esse ataque, ou a manipulação simbólica de um alvo que representasse algum aspecto do poder político ou económico americano.

1. Nos últimos anos, os EUA foram atacados por grupos estrangeiros, pelo menos, numa outra ocasião. Foi a 26 de Fevereiro de 1993, quando houve uma tentativa de fazer chocar uma das Torres Gémeas do World Trade Center contra a outra para desencadear o seu colapso – o que viria de facto a acontecer no 11 de Setembro de 2001 – através de uma explosão no parque de estacionamento da base de uma das torres. A carga de explosivos, à base de fertilizantes, foi escondida numa carrinha alugada, acabou por ser insuficiente, mas sessenta pessoas morreram e mais 1000 ficaram feridas. Foram também planeados ataques

⁴ Isto tem sido notavelmente articulado por Richard Haass, um antigo funcionário do Departamento de Estado dos EUA e por Robert Cooper, o autor de *Post-modern state* (1998, Londres: Demos) e um antigo funcionário do Foreign&Commonwealth Office. O artigo de Robert Cooper está publicado em *Reordering the world – the implications of September 11* (2002, Londres: Foreign Policy Center).

⁵ De acordo com o *St Petersburg Times* na Flórida (8 de Setembro 2002), morreram 2775 pessoas no World Trade Center, incluindo os passageiros do avião que chocou contra as torres, juntamente com os 19 sequestradores, 184 pessoas na explosão do Pentágono, 40 no avião que se despenhou na Pensilvânia e se pensa ter pretendido atingir a Casa Branca, 60 polícias e 343 bombeiros.

no Holland Tunnel e no Lincoln Center, também em Nova Iorque. Importante salientar é que este ataque foi organizado por um grupo combatente próximo do líder cego islâmico, o egípcio Shaykh Umar 'Abd al-Rahman, na altura estabelecido em Brooklyn depois de um aventuroso percurso no Egipto, que abandonou com a ajuda da CIA⁶. Al-Rahman está agora preso, em Nova Iorque, pelo seu papel neste ataque. O grupo foi traído pela sua própria inépcia⁷ e por ter sido infiltrado por um informador egípcio. Também convém referir que este grupo não entrou nos EUA com o objectivo explícito de organizar o ataque. Os seus membros foram recrutados já em território americano por Ramzi Yusef, uma misteriosa figura de origem paquistanesa, que cresceu no Koweit, e que está agora a cumprir 240 anos na prisão, nos EUA, por causa deste e de outros delitos. Foi agora identificado como tendo sido um dos primeiros agentes da al-Qaida e diz-se que é primo do principal mentor do ataque ao World Trade Center, Khalid Shaykh Muhammad, agora sob custódia americana.

2. A ideia de usar aviões também não foi nova. Em Dezembro de 1994, na véspera de Natal, um avião da Air France foi sequestrado no aeroporto de Argel por um alegado grupo GIA (*Groupes Islamiques Armes – Jam'at Islamiyya Musalaha*) com a intenção expressa de o lançar contra a Torre Eiffel – uma forma de chamar a atenção para a situação na Argélia e para o papel que a França aí desempenha. Felizmente, os sequestradores foram desarmados e mortos por comandos franceses em Marselha antes que pudessem concretizar os seus objectivos. No início desse ano, um funcionário descontente da Federal Express tinha sequestrado um avião e ferido gravemente a tripulação na tentativa de o despenhar contra a sede da Federal Express em Memphis, Tennessee. Novamente, em 1994, um avião ultraleve foi pilotado até à Casa Branca, onde se despenhou contra uma árvore, matando o piloto.

Há registos de muitos planos para perpetrar este tipo de ataques. Em 1986, um grupo de militantes islâmicos tinha planeado sequestrar um avião no Paquistão e fazê-lo explodir sobre Telavive. Um pouco mais tarde, em 2001, o governo de Berlusconi divulgou informações sobre um plano secreto para atacar o presidente americano, George W. Bush, durante a cimeira do G-8 de Julho de 2001, através de uma colisão contra o seu avião assim que este aterrasse ou contra o edifício onde a cimeira se realizou. O próprio Ramzi Yusef tinha, muito antes, planeado o «Projecto Bojinka» que envolvia o sequestro de 11 aviões Jumbo com os seus passageiros, capturados às companhias aéreas Delta, United e North-Western, fazendo-os ou colidir entre si durante o voo ou explodi-los depois de um período de dois dias. Este plano, que deve ter igualmente requerido um planeamento muito detalhado – como os ataques das Torres

⁶ O xeque al-Rahman tinha sido um professor radicalista na madrasa al-Azhar, no Cairo, que se envolveu nas actividades das *tanzin 'anqudi*, as células islâmicas autónomas que floresceram por todo o Egipto nos finais dos anos 70. Al-Rahman tinha emitido uma *fatwa* (decreto religioso) que foi mais tarde se interpretou como justificativo do assassinato do Presidente Sadat. Nessa altura (1981), ele tinha sido apoiado pela Universidade Islâmica de Assiyut, onde houve uma tentativa de revolta programada para coincidir com o assassinato de Sadat. No entanto, por essa altura, tinha sido transferido para o oásis Fayyoun, para o isolarem. Contudo, al-Rahman desempenhou um importante papel na organização do recrutamento de egípcios para o conflito no Afeganistão de maneira que, quando o governo egípcio decidiu, no final dos anos 80, que estava farto dele, conseguiu persuadir a CIA a ajudá-lo a fugir para os EUA!

⁷ A carrinha foi alugada com o nome e o endereço verdadeiros de um dos membros do grupo e uma vez localizada a matrícula – lá estava ele!

Gêmeas – teria lugar em 1994, apenas um ano depois do primeiro ataque ao World Trade Center. Estima-se que só este atentado teria envolvido a morte de cerca de 4 mil pessoas, de modo que ataques à escala dos do World Trade Center, em 2001, tinham já sido planeados muito antes. De acordo com o seu cúmplice, Abdul Hakim Murad, que foi preso em Manila depois de ter deflagrado um incêndio no apartamento que partilhavam, Ramzi Yusef planeava atacar edifícios também com aviões.

3. De facto, Ramzi Yusef tinha elaborado planos para atacar o edifício da CIA em Langley, Virginia, o Pentágono, a Casa Branca, as Sears Towers em Chicago, a Torre Trans-América em São Francisco e, claro, o World Trade Center. Mesmo depois de ter sido preso, houve mais planos para atacar os símbolos americanos no próprio território dos Estados Unidos. Ahmed Ressay, um argelino do Canadá – uma vez mais, recrutado depois de se ter estabelecido na comunidade argelina em Montreal, não tendo sido enviado especificamente para a tarefa – foi preso na fronteira americana, nos finais 1999, com explosivos aparentemente destinados a um ataque bombista ao aeroporto de Los Angeles e ao Space Needle em Seattle.

Por outras palavras, os ataques de 11 de Setembro não foram tão originais ou inesperados quanto se poderia pensar, mas foram impressionantes pelo destaque que proporcionaram ao grupo responsável – al-Qaida⁸ – e ao cidadão saudita Osama bin Laden, seu cabecilha. Foram igualmente impressionantes num outro sentido, dado que a escala das perdas gerou uma sensação de raiva e medo, elevando deste modo a auto-imagem do grupo e a sua posição no mundo islâmico. Embora poucos muçulmanos tivessem realmente simpatizado com o que foi feito – e as amplas expressões de simpatia pelas vítimas por toda a região, mesmo no Irão, foram absolutamente sinceras – houve também a percepção de que a arrogância e indiferença ocidentais, especialmente por parte dos Estados Unidos, relativamente à difícil situação do Médio Oriente e, de facto, em relação ao resto do mundo, tinham sido atingidas. Mesmo tão longe, como na América Latina e em África, houve comentários sobre os acontecimentos que expressaram esta percepção, em paralelo com um sentimento de profundo choque e horror.

O significado de terrorismo

Resumidamente, a al-Qaida, como grupo aparentemente responsável pelo ataque – que, de qualquer forma, reclamou de imediato a responsabilidade – atingiu um dos objectivos, comum a qualquer grupo do género – demonstrar a sua grande capacidade para influenciar o debate público e persuadir o seu auditório da sua eficácia. Neste sentido, as outras consequências da sua acção – a guerra no Afeganistão e a «Guerra contra o Terrorismo» – foram revezes provavelmente menos importantes do que o efeito de demonstração conseguido no mundo muçulmano, quer articulando os ressentimentos e a raiva, ainda muito incipientes, desse mundo em relação à atitude ocidental, quer agindo directamente sobre eles, mesmo com métodos e práticas abomináveis. A al-Qaida conseguiu isto através do terrorismo – um termo utilizado, neste contexto, para traduzir «intimidação coerciva», a definição usada por Paul

⁸ O termo tem como que uma sonoridade cuidadosamente neutral, porque apenas significa «base», que não é mais do que a sua finalidade inicial!

Wilkinson no seu primeiro estudo, *Terrorism and the Liberal State*⁹. Esta definição – o uso de violência coerciva para fins políticos – tem a vantagem de ser formalmente neutra, como é o caso da definição do fenómeno do governo britânico no Acto do Terrorismo¹⁰ de 2000 e ao contrário da definição do Departamento de Estado dos Estados Unidos¹¹ ou da definição da Liga Árabe, de 1998, que é decalcada da Lei Egípcia 97 de 1992¹².

A importância da definição para a compreensão do fenómeno al-Qaida é dupla. Primeiro, retira os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 do campo do cultural. Ou seja, se o 11 de Setembro pode ser descrito em termos que se aplicam a actos semelhantes, concebidos para alcançar resultados políticos, podemos estar quase certos de que, em si, se trata de um fenómeno essencialmente político que nada tem a ver com um choque de culturas ou civilizações¹³. Aliás, este é um argumento que tem sido amplamente usado na Europa e América, apesar da negação dos políticos, para explicar o horror inigualável do acontecimento e para justificar a resposta. Segundo, significa que as ambiguidades inerentes ao fenómeno geral aplicar-se-ão também neste caso e poderão ajudar a explicar porque razão terá ocorrido um acontecimento, que o mundo civilizado considerou incomparavelmente horrível, porque é que nem sempre foi visto da mesma forma noutros contextos e, mais importante, o que é que realmente pode fazer-se para prevenir a sua interminável repetição.

Moralidades em conflito

A maior ambiguidade relacionada com o terrorismo reside na sua relação com o Estado e na definição do estatuto moral dos actos terroristas. O terrorismo é principalmente uma prerrogativa de actores não-estatais – grupos e organizações que não beneficiam das vantagens dos Estados. O mais determinante ainda é que não lhes são concedidos os direitos inatos que estabelecem os Estados como os únicos mecanismos autorizados a impor a ordem social ou como a personificação da identidade colectiva¹⁴, e que lhes permite articular as visões colectivas dos seus cidadãos na esfera internacional. Assim sendo, o Estado tanto é a entidade com o monopólio do uso legítimo da força¹⁵ como «a realidade da ética»¹⁶. É o

⁹ Wilkinson, P., 1986, *Terrorism and the liberal state*, Londres: Macmillan, 2ª edição, p.51.

¹⁰ «O uso da violência para fins políticos».

¹¹ O termo «terrorismo» significa violência premeditada, politicamente motivada, perpetrada por grupos subnacionais ou agentes clandestinos contra alvos não-militares, usualmente destinados a influenciar um auditório. A expressão «terrorismo internacional» significa envolver os cidadãos ou o território de mais de um país. A expressão «grupo terrorista» significa qualquer grupo que pratica, ou tem subgrupos significativos que praticam, terrorismo internacional. Definições retiradas de *Patterns of Global Terrorism*, 1995, Washington: Departamento de Estado dos EUA, Gabinete do Coordenador para o Contra-terrorismo. Note-se que o termo «não-combatentes» inclui civis e militares que estão desarmados ou que não se encontram em serviço. Por acréscimo, ataques a instalações militares ou militares armados quando não existe um estado de hostilidade militar são também considerados actos terroristas.

¹² «Qualquer acto de violência ou de ameaça de violência, independentemente dos seus motivos ou finalidades, que ocorre na execução de um acto criminoso...» Liga dos Países Árabes (Abril de 1998), *The anti-terrorism agreement*, publicado pelos Ministros da Justiça e dos Assuntos Internos Árabes, Cairo.

¹³ Huntington, S. P., «The clash of civilizations», *Foreign Affairs* (Verão de 1993).

¹⁴ Isto refere-se não só ao conceito de Estado-nação como a personificação política da «comunidade imaginada» da nação, mas também à ideia da personalidade legal de um Estado tal como está previsto na Convenção de Montevideo de 1993.

¹⁵ Weber, M., 1921, «Politik als Beruf», *Gesammelte Politische Schriften*, Munique, pp. 397.

¹⁶ Hegel, G. W. F., 1821 (1991), *Elements of the philosophy of Right*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 275.

Estado que define o que é que podemos ou não fazer, através de um sistema de leis no qual estamos implicitamente comprometidos. O Estado, na prossecução dos seus interesses próprios, pode autorizar tipos de comportamento normalmente proibidos – pode legalizar o assassinio, como acontece em tempos de guerra, um comportamento que de outra forma reprimiria rigorosamente.

Assim sendo, o problema surge quando se contesta o monopólio do Estado relativamente a considerações e definições éticas e morais. O que acontece se não podermos aceitar moralmente as ordens do Estado, tal como são expressas pelo seu governo – que é, no fim de contas, uma das expressões do poder estatal? O que acontece, além disso, se pensarmos também que os princípios nos quais as acções do Estado se baseiam não podem ser alteradas pelos processos políticos normais – mudando o governo ou as políticas governamentais através de pressão pública ou do processo democrático – uma preocupação particularmente importante se o próprio Estado não for democrático? O que acontece, também, se acharmos que estamos sujeitos às ordens de outro Estado, em relação ao qual o nosso próprio governo se verga e com o qual não podemos concordar moralmente? E, finalmente, o que acontece se pensarmos que o Estado ao qual estamos vinculados é uma construção inerentemente imoral? Evidentemente que estes são dilemas pessoais profundos, mas podem tornar-se motivações colectivas para a construção de uma ideologia de resistência e rejeição, quando parecem não existir meios alternativos de resolver a situação.

Este, parece-me, é precisamente o dilema que a al-Qaida, juntamente com todos os grupos envolvidos em lutas semelhantes, procura implicitamente articular na sua retórica e também a razão pela qual os seus objectivos e interesses específicos fazem parte de uma categoria mais vasta de acção política. A questão essencial é que a acção que é intolerável do ponto de vista da vítima é aceitável, até necessária, para o seu perpetrador, por força das suas percepções sobre o estatuto moral do seu alvo. Assim, o conteúdo específico da retórica que um movimento como a al-Qaida usa para justificar o que faz, é a este nível, irrelevante, embora seja de grande importância quando se procura definir as respostas a dar-lhe. Por outras palavras, o argumento que se tem em relação aos Estados, sejam eles árabes ou muçulmanos, ou ocidentais, é exemplo de um fenómeno geral que tem uma longa história e uma universalidade que os proponentes do «choque das civilizações» não reconhecem.

Assimetria e discriminações

Em todas estas situações o direito moral e ético do Estado para agir em nome dos seus cidadãos é desafiado pelo questionamento da sua legitimidade inata, fazendo emergir conflitos entre actores estatais e não-estatais. É evidente que não há aqui nada de particularmente novo; estes conflitos sempre existiram e os estudiosos da guerra designaram os conflitos resultantes como «guerra assimétrica» ou «conflito de baixa intensidade». O terrorismo está, indubitavelmente, dentro desta classe de conflitos, ao lado das guerras de guerrilha e das lutas de libertação nacional. Contudo, é mais do que isso e tem duas características únicas que o

tornam inconfundível, apesar da dificuldade que os especialistas da matéria tiveram em defini-lo com precisão.

Primeiro, dado que para os grupos terroristas a assimetria é normalmente aguda, são usadas acções ilimitadas. O que significa que o aspecto coercivo da sua violência parece ser efectivamente indiscriminado, decorrendo daí a vitimização de civis aparentemente não relacionados com a causa da violência. De facto, pode argumentar-se que a violência usada para um efeito coercivo não é tão indiscriminada como é usualmente retratada, mas é indubitavelmente dirigida a pessoas sem qualquer laço pessoal com os ressentimentos em causa. A resposta clássica a isto pode encontrar-se no «testemunho» de Emile Henry.

Em Paris, por alturas de 1890, Henry, um anarquista, bombardeou os escritórios de uma empresa mineira e um café, o Café Terminus, em Fevereiro de 1894. A história reza que depois da sua prisão – que foi quase imediata – perguntou-se-lhe porque é que tinha assassinado pessoas inocentes no café, ao que ele respondeu «ninguém é inocente»! Na verdade, Henry replicou «não existem burgueses inocentes», dado que o café era frequentado pelos profissionais das classes médias, indivíduos que, nessa altura, Henry e muitos outros consideravam responsáveis, como grupo económico e político, pela exploração da classe trabalhadora francesa, que apenas tinha o seu trabalho para vender. O seu testemunho, um discurso para o júri cujo veredicto conduziu à sua pena de morte – foi executado em Maio de 1894 – é uma exposição detalhada e lógica deste argumento¹⁷.

Deste modo, a natureza aparentemente indiscriminada da violência terrorista tem, de facto, uma certa especificidade, uma vez que há grupos de pessoas que são considerados alvos legítimos precisamente porque são membros do grupo, e não por causa das suas acções individuais. O princípio, obviamente, pode ter ramificações muito mais vastas, mas no caso do terrorismo é parte integrante do próprio processo e, quase por definição, significa que os indivíduos inocentes serão os alvos intencionais e não simplesmente infelizes vítimas acidentais. Por isso, os ocidentais são alvos legítimos por serem americanos, cruzados ou judeus, nos termos das *fatwas* de 1996 e 1998 emitidas por Osama bin Laden¹⁸, e têm sido colectivamente responsabilizados por crises no mundo muçulmano, especificamente as que estão relacionadas com a Palestina, a Arábia Saudita e o Iraque, assim como pelo imaginado declínio moral da região.

¹⁷ <http://recollectionbooks.com/bleed/AnarchistTimeline2.htm> ou <http://recollectionbooks.com/bleed/0212.htm>.

¹⁸ Isto é discutido num famoso artigo de um destacado orientalista, Bernard Lewis, que constituiu uma primeira e pertinente reacção à *fatwa* de 1998. Ver Lewis, B., «License to kill (Islamic call to kill Jews and Americans)», *Foreign Affairs*, Novembro 1998, p. 14. Refira-se o caso de muçulmanos inocentes que são mortos durante um incidente terrorista e em que *fatwas* têm sido emitidas declarando que um resultado destes é admissível, mesmo que lamentável, e que essas pessoas serão admitidas no Céu. Uma *fatwa* é uma declaração de interpretação legal ou doutrinária, emitida por um reconhecido estudioso. Não tem uma autoridade obrigatória na comunidade islâmica como um todo e pode, em teoria, ser contestada por qualquer outro estudioso reconhecido, embora, em alguns casos, possa adquirir um estatuto incontestável.

Estrutura e praxis

Isto conduz-nos ao segundo aspecto do fenómeno do terrorismo e que parece ser central. Na realidade, não existe um grupo terrorista, no sentido em que esta é a sua finalidade única e limitada. O terrorismo não é, e, si mesmo, uma ideologia, é apenas um modo de acção concebido para alcançar um resultado político específico. Por outras palavras, existem apenas acções terroristas e não grupos terroristas embora, evidentemente, se o grupo se dedicar única ou principalmente a acções terroristas possamos referir-nos justificadamente a ele como um grupo terrorista. Isto é importante porque, em algum momento, aqueles que procuram conter ou eliminar o fenómeno têm de lidar com as razões pelas quais o terrorismo ocorre. Se, para fins analíticos, os objectivos do grupo são confundidos com os métodos usados para alcançá-los, então este processo torna-se extremamente difícil, como o demonstra tão claramente a continuada crise nos Territórios Ocupados. Evidentemente, a linguagem comum confunde o grupo com a acção, o que tende a criar, precisamente, uma dicotomia absolutista que torna a análise e a resolução efectiva do fenómeno tão difícil.

Como devemos classificar, por exemplo, o *Hezbollah* no Líbano ou o *Hamas* na Palestina? Certamente que ambos levaram a cabo acções de natureza terrorista, como – nas primeiras manifestações do *Hezbollah* – a tomada de ocidentais como reféns ou o bombardeamento, em Outubro de 1983, das bases militares da Marinha dos EUA e do Exército francês em Beirute, com graves perdas de vidas num dos primeiros ataques suicidas de sempre. Contudo, ao mesmo tempo, o grupo também fornece serviços sociais e médicos essenciais às populações pobres, muçulmanas xiitas, do sul do Líbano, em particular nos subúrbios do sul de Beirute. Além do mais, o *Hezbollah* havia dito que não atacaria Israel dentro das suas fronteiras pré-1967, nem o fez, sugerindo portanto que a sua intenção foi sempre limitada e política, e não epifenomenal na sua natureza¹⁹.

Poderia construir-se um argumento semelhante para o *Hamas* na Palestina porque sem as suas actividades de caridade, milhares de palestinianos morreriam à fome. De facto, no mundo muçulmano contemporâneo, a lista deste tipo de ambiguidades seria muito longa e evidenciaria o absurdo de etiquetar certas organizações como simples párias internacionais por causa das suas alegadas ligações terroristas. Além disso, isto só desacreditaria o objectivo dessas classificações junto das pessoas que se pretende persuadir com a sua utilidade – as populações que beneficiam da caridade destas organizações e que se tornam o «mar» onde podem nadar, apesar da hostilidade dos governos árabes, que são o seu principal alvo, e do Ocidente.

Pode acontecer que quanto mais um grupo que usa o terrorismo é global no seu âmbito, mais importante se pode tornar o imperativo terrorista, no sentido de acções que se auto-justificam e se cumprem a si próprias. O grupo poderá então começar a adquirir características de

¹⁹ Terrorismo epifenomenal é terrorismo conduzido para os seus próprios fins, onde o acto é em si mesmo o objectivo e a sua justificação, mesmo se justificado por uma ideologia recôndita. O movimento Aum Shinrikyo caberia nesta categoria.

epifenomenalismo, independentemente das suas reivindicações políticas. Poderá sustentar-se que a al-Qaida corre o risco de cair nesta armadilha e, desse modo, justificar toda a hostilidade com que é abordada pelas potências ocidentais. Todavia, continua a enunciar uma agenda clara, dirigida contra Estados árabes que considera corruptos e contra Estados ocidentais vistos como seus apoiantes e responsáveis pelas três grandes crises com que se depara o mundo árabe – Iraque, Palestina e a degradação da sociedade e do sistema político islâmico²⁰, como demonstrou claramente a proposta de tréguas à Europa.

A justificação ideológica

Contudo, mesmo que uma organização política como a al-Qaida seja, na realidade, apenas uma organização concebida para alcançar objectivos políticos através do uso de acções terroristas dirigidas a uma categoria de pessoas, condenada como moral ou politicamente abominável, o facto de ter essa intenção deveria permitir formas de possível compromisso ou solução. Claro que podemos constatar que nenhum compromisso é possível porque as diferenças ideológicas são demasiado grandes e os métodos demasiado horríveis para serem aceitáveis num contexto de diálogo, tornando o confronto a única abordagem realista. Contudo, se esse fosse o caso, provavelmente precisaríamos de convencer os muçulmanos disto, como necessitaríamos do seu apoio activo para ultrapassar o problema do «peixe no mar»²¹. Por outras palavras, para qualquer abordagem que se adopte, é essencial compreender a ideologia e os objectivos do movimento, independentemente do que possamos pensar dos métodos usados ou do resultado que procuremos.

O ideal extremista

Evidentemente que o princípio é verdadeiro, seja qual for a natureza do grupo terrorista envolvido, estejamos a discutir a ETA em Espanha ou o IRA na Irlanda ou, recuando ainda mais, o terrorismo emergente do movimento Nova Esquerda dos anos 60 ou o fascismo europeu irredentista. Acontece que a forma dominante de violência terrorista que temos de enfrentar hoje surge de dentro do mundo islâmico e, por conseguinte, escolhe um veículo culturalmente ressonante como a linguagem através da qual articula as suas exigências. Embora as questões políticas que estimulam as suas actividades sejam objectivamente bastante independentes do vocabulário que usam, é inevitável que esse vocabulário e a sintaxe associada também estructurem as suas exigências, de forma que a própria definição ideológica dos assuntos não pode ser totalmente separada daquelas questões. Em qualquer tipo de resposta, seja através da negociação ou confronto, somos por isso obrigados a ter em linha de conta esses mecanismos de legitimação. Portanto, vale a pena considerar o ambiente cultural no qual um movimento como a al-Qaida situa as suas reivindicações políticas.

O movimento al-Qaida procura essencialmente uma comunidade islâmica ideal, nos termos considerados pelo Profeta Maomé e definidos em relação à primeira comunidade islâmica criada em Medina, no início do século VII da Era Comum. Isto está incorporado no Corão e na

²⁰ Ver *The Guardian*, 16-04-2004, para o texto completo.

²¹ «A guerrilha deve mover-se entre a população como um peixe nada no mar». Mao Zedong.

Sunna – as práticas e afirmações do Profeta incluídos no *hadith*. Trata-se de uma sociedade que os muçulmanos crêem ter sobrevivido ao longo dos reinados dos primeiros quatro califas do Islão, os *Rashidun* ou os califas «virtuosos». Com a construção dessa comunidade ideal, crêem os seus seguidores, seria então possível que todos os muçulmanos vivessem de forma a assegurar a salvação e a sociedade muçulmana alcançasse a sua própria perfeição. Está implícito e faz parte desta visão que a sociedade muçulmana deve ser controlada por muçulmanos qualificados para o fazer, emulando as qualidades do Profeta e sendo aceites pela própria comunidade. Desta forma, a ideia de um controlo não-muçulmano é moral e doutrinariamente inaceitável.

Este não é um ponto de vista pouco comum, embora a variante específica defendida pela al-Qaida, com a sua intolerância e rigidez holística, seja na verdade partilhada por poucos muçulmanos. Existe uma longa tradição no mundo muçulmano de encarar a contemporaneidade como consequência da perda do ideal dos primeiros tempos e há também, por isso, uma longa tradição de procurar purificar os escritos islâmicos dos acrescentos ao corpo principal de doutrina, prática e fé. Uma vez que o Islão se preocupa especialmente com a ordem temporal, e com a salvação pessoal, os argumentos aparentemente interessados apenas nas questões da moralidade e doutrina têm adquirido uma dimensão política muito importante. Por vezes, como acontece com o movimento Wahhabi²², tem existido uma ligação política explícita que persistiu até aos dias de hoje, visto que foi a conversão da tribo al-Saud ao Wahhabismo, no século XVIII, que acabou por levar à criação da moderna Arábia Saudita.

Os precursores

O momento central da modernidade que pôs em causa este ponto de vista foi o advento do colonialismo no Médio Oriente, uma experiência que começa com a conquista napoleónica do Egipto em 1798. A conquista francesa foi um profundo choque cultural para os muçulmanos, pois levantou sérias questões sobre os seus pressupostos geopolíticos, em particular sobre a supremacia inata da sociedade muçulmana, dado o domínio tecnológico europeu. Ao longo do século XIX, os muçulmanos procuraram analisar e dar resposta a este facto, baseando os seus argumentos na necessidade de encontrar no interior da própria sociedade islâmica o dinamismo para responder. A ocupação europeia, que começou com a ocupação francesa da Argélia em 1830²³, tornou a questão mais crucial.

A resposta mais importante foi produzida nos anos 60 do século XIX por Jamal al-Din al-Afghani que argumentou que o Islão continha, de facto, os elementos para uma resposta

²² O movimento Wahhabi foi criado por Muhammad Abd al-Wahab (1703-1791) que decretou inaceitável qualquer item da doutrina ou prática depois do fim do terceiro século islâmico. Os al-Saud iniciaram a sua conquista da Arábia em 1763. Os Wahhabis seguem a escola Hanbali do direito islâmico.

²³ Houve, evidentemente, experiências anteriores, das quais as Cruzadas nos séculos XI e XII são as mais conhecidas, mas estas antecedem bastante o período colonial. A Grã-Bretanha empreendeu o controlo indirecto, depois de ter eliminado a pirataria no Golfo Pérsico e chegou mesmo a planejar um depósito de carvão em Aden, mas não criou uma colónia. Da mesma forma, Portugal e Espanha tiveram entrepostos costeiros ao longo da costa africana a partir do século XV mas também estes dificilmente seriam colónias. Também a Rússia imperial ameaçou o Império Otomano durante, pelo menos, um século antes da invasão de Napoleão.

efectiva à notória superioridade europeia e poderia igualmente construir as instituições que a Europa havia explorado para alcançar a sua predominância. O caminho para o sucesso residia numa reavaliação do passado, para que se encontrasse o cerne moral e doutrinário a partir do qual as instituições de um Estado e sociedade modernos pudessem ser construídos. Por outras palavras, pela compreensão do verdadeiro significado dos *salaf*, aqueles que precederam o mundo moderno – um termo normalmente confinado aos que tiveram uma experiência directa do mundo do Islão no período *Rashidun* – o sucesso e a modernização contemporâneos poderiam ser alcançados e seriam consonantes com os valores islâmicos.

As ideias que o autor avançou foram incorporadas num movimento conhecido como *salafiyya*, um movimento modernista que inspirou as primeiras tentativas de compreensão da realidade do colonialismo europeu. Teve grande impacto na sociedade intelectual no seio do mundo muçulmano; durante pouco tempo, na viragem do século XIX, Muhammad Abduh, o principal *qadi* (juiz) do Egipto, foi o seu principal proponente e influenciou profundamente a luta anti-colonialista. Porém, as potências coloniais tinham outros objectivos que aqueles inerentes ao ideal imperialista liberal e afastavam a ideia de terminar o controlo que exerciam. O mais importante ainda foi que depois de adquirir o mandato da Palestina em 1921, a Grã-Bretanha começou a encorajar o desenvolvimento da comunidade judaica na Palestina tal como prometido na Declaração de Balfour – o que foi visto como provocação directa à integridade da *umma* ou comunidade islâmica.

Por volta dos anos 30 do século XX, pouco restava do optimismo inicial do movimento *salafiyya* e, em alternativa, os muçulmanos começaram a pensar como poderiam escapar ao jugo colonial. Uma solução, dado que o poder militar europeu – pelo menos até à Segunda Guerra Mundial – parecia inabalável, era voltarem-se para dentro e re-islamizarem a sociedade, demonstrando, por exemplo, a uma população desalentada o potencial inato do Islão para reanimar as suas vidas. Isto deu azo, em 1928, ao *Ikhwan Muslimin*, a Irmandade Muçulmana. Outras soluções, como a guerrilha urbana e o terrorismo, desenvolveram-se em particular nos anos 40 e eram direccionados especificamente para a corrupção dos governos e a sua submissão às exigências europeias e, depois de 1945, fundamentalmente americanas. Por vezes, as duas soluções andaram lado a lado e por detrás de ambas residia a convicção fundamental, que também era comum, de que o *salafiyya* forneceria o caminho para o sucesso. O salafiyyismo adquiriu então uma facção extremista violenta, a par da mais tranquila de auto-aperfeiçoamento e renascimento.

A alternativa violenta – jihad

Com o fim do período colonial, a presença continuada da influência neocolonialista, especialmente nos governos, e o fracasso de paradigmas alternativos, como o nacionalismo árabe, reconduziram ao ideal Salafiyyista. Em 1967, estava em curso um significativo ressurgimento da influência Salafiyyista. Porém, nesta altura, a sua facção mais activista estava moldada por novos ideais e objectivos. No Egipto, Sayyid Qutb tinha apresentado uma nova agenda para revitalizar a visão política original e combater o governo corrupto através dos

conceitos *hukumiyya* e *jahiliyya*²⁴ enquanto que um pouco antes, no Paquistão, Maulana Maududi havia reanimado a antiga tradição islâmica de *jihad* para combater o colonialismo e o seu congêneres moderno, o neocolonialismo²⁵.

O conceito de *jihad* tem sido central para a compreensão da natureza dos modernos movimentos radicais do mundo contemporâneo, dado que os modernos *salafis*²⁶ são ainda mais rigorosos do que os seus antecessores nas fontes que irão autorizar e neste sentido, tornaram-se ainda mais intolerantes do que o movimento Wahhabi. Não só seguem os primeiros quatro califados islâmicos *rashidun* – os chamados califas «virtuosos» – como rejeitam qualquer escola específica de direito islâmico²⁷, voltando-se de um modo eclético para os ditames das fontes originais que melhor se adequam aos critérios básicos do mundo islâmico primitivo, como o guia para a criação de uma nova ordem islâmica. Além do mais, é uma ordem que agora tem de ser alcançada através da *jihad* – a única forma de enfrentar os efeitos corruptivos da continuada presença neocolonial ocidental no mundo muçulmano.

A *jihad*, para a maioria dos teólogos islâmicos, é um processo de luta interna concebido para alcançar a purificação e o aperfeiçoamento pessoal. Contudo, originalmente, também significava guerra autorizada pelo Islão – guerra, de início, para expandir o mundo islâmico, mas que nos últimos 500 anos pelo menos, se não mais, significou uma guerra defensiva para proteger a *umma* e a região que ocupa. É sob este ponto de vista que se molda a facção extremista do movimento *salafi* de hoje. É uma visão que adquire contornos especiais com a guerra no Afeganistão²⁸, em grande parte porque foi o instrumento intelectual, difundido pelos

²⁴ *Hukumiyya* – governação islâmica; *jahiliyya* – a ignorância do mundo pré-islâmico da Arábia, portanto, por acréscimo, o estado de desconhecimento do mundo islâmico contemporâneo em relação às virtudes da governação islâmica. Ver Sayyid Qutb, 1965, *Ma'alim fi Tariq* traduzido como «Signposts on the way».

²⁵ Ver Maududi, Maulana, 1930, *al-Jihad fi'l-Islam*, traduzido como «The way of Jihad».

²⁶ O próprio movimento *Salafiyya* sofreu um eclipse nos anos 60, tendo sido reavivado nos anos 80, como um ramo do generalizado renascimento político islâmico no início da guerra israelo-árabe de 1967. Centrou-se particularmente no norte da Arábia Saudita onde, como neo-*salafiyya*, se preocupava obcecadamente com as manifestações exteriores da fé em conformidade com o período *Rashidun*, afastando todas as ligações ao primeiro movimento *Salafiyya*. Só mais tarde se tornou de natureza especificamente política.

²⁷ Existem tradicionalmente quatro escolas de interpretação legal no Islão Sunita: as escolas Hanbali, Hanafi, Malaki e Shafi. Uma quinta escola, a escola Ja'afari, apenas se aplica ao Islão xiita. Cada escola compromete-se com uma interpretação e inferência legal a partir das fontes originais do Corão, e os sunitas usam uma série de reconhecidos mecanismos retóricos e lógicos. Contudo, nenhuma é inovadora – excepto a escola Ja'afari. Em consequência, quando os Salafis desenvolvem pensamento inovador dentro dos constrangimentos das doutrinas islâmicas que aceitam, o processo designa-se *ijtihad*. Esta palavra nasce da mesma raiz da palavra *jihad* e significa «esforçar por compreender». Isto significa que os muçulmanos ortodoxos tenderam a concordar que esta inovação não é nem necessária nem permitida, mas a vontade dos Salafis em fazê-lo dá-lhes uma superioridade intelectual considerável.

²⁸ Os argumentos intelectuais e históricos que produziram a moderna doutrina *Salafiyyista* e que estão por detrás do movimento al-Qaida foram excelentemente sumariados em Wiktorowiczq, Q, s/d, *The new global threat: transnational Salafis and Jihad*, <http://groups.colgate.edu/aarislam/wiktorow.htm>. Wiktorowiczq insiste que a doutrina é explicitamente baseada em preceitos doutrinários a partir de *fatwas* cuidadosamente fundamentadas e apoiadas em precedentes. As *fatwas* são concebidas para prever todas as eventualidades imagináveis, para que nenhuma acção seja tomada sem que não tenha sido explicitamente autorizada por uma autoridade que os *salafi* tenham aceite – uma pessoa que esteja ou não na principal corrente política, social e cultural. Assim, a questão do uso de armas de destruição em massa foi tratada explicitamente, pela primeira vez, em meados de 2003 por um Xequê que actua de modo perfeitamente legítimo e aberto na Arábia Saudita e que não está ligado ao movimento al-Qaida – Xequê Nasir al-Fahad – que decidiu que aquelas armas são legítimas para o uso dos muçulmanos. Paz,

xeques *salafi* e *'alims*, da tendência dominante ou extremistas, pelo qual os árabes foram persuadidos a envolver-se – cerca de 40 mil pessoas participaram na luta e mais algumas centenas empreenderam trabalho caritativo entre os refugiados afegãos ou fizeram ambas as coisas.

Durante o conflito, o conceito de *jihad* adquiriu particular ênfase com Abdallah Azzam, um palestino formado na madrasa al-Azhar, no Cairo, e colaborador de Osama bin Laden. Azzam definiu dois tipos de *jihad* – *jihad* para perseguir o inimigo de modo a desencorajar ataques ao mundo islâmico e *jihad* para defendê-lo desses ataques. O primeiro tipo de *jihad* era uma responsabilidade colectiva na medida em que nenhum grupo muçulmano poderia levá-la a cabo desobrigando os outros, mas o segundo tipo era uma responsabilidade individual, tão importante quanto o cumprimento dos cinco pilares da fé. A guerra no Afeganistão foi do segundo tipo, obrigando por isso os muçulmanos a assegurar que a invasão soviética não fosse bem sucedida.

Com o fim da guerra no Afeganistão, aqueles que aí tinham estado cedo descobriram outros cenários onde os muçulmanos estavam ameaçados – Bósnia, Tchéquia e Kosovo para mencionar apenas os três mais importantes. A isto Wiktorowicz designou por «*jihad* nómada», dado que os que se envolveram começaram a entrar num mundo de eterno conflito sem fronteiras, para proteger a *umma* islâmica. Porém, mais importante para os nossos objectivos, é a *jihad* que deve ser conduzida dentro do mundo islâmico porque, como evidenciou Sayyid Qutb, os próprios Estados islâmicos ficam muito aquém do ideal islâmico, designadamente em relação aos seus compromissos com o Ocidente. Para tal, os *salafis* recorreram aos ensinamentos de um jurista do século XIV, Ibn Taymiyya (1263-1328) que argumentou, no contexto dos mongóis, que um muçulmano tinha de aceitar a totalidade do *corpus* islâmico para ser considerado um verdadeiro membro da comunidade muçulmana.

A razão deste argumento reside no facto de os mongóis não terem aceite inteiramente o direito islâmico, muito embora alguns deles se tenham convertido ao Islão depois das suas conquistas dos séculos XIII e XIV. Incidentalmente, os mongóis terminaram também com o califado Abbasid, emblema da civilização árabe, com a sua conquista de Bagdad em 1258, proporcionando, por essa via, um símbolo duradouro ao mundo árabe e muçulmano, na medida em que Bagdad se tornou a personificação das conquistas dessa civilização árabe-muçulmana, o que fez com que, conseqüentemente, a sua tomada e ocupação actual pelos Estados Unidos tivesse um impacto bastante negativo no mundo árabe e muçulmano contemporâneo. Esta foi também uma das razões para o ressentimento massivo da década de sanções contra o Iraque – um sentimento do qual a al-Qaida tirou proveito.

A relevância destes princípios para os modernos regimes muçulmanos é imediatamente óbvia, dado que todos eles reclamam algum tipo de legitimação através da religião, mesmo sendo basicamente repressivos e corruptos. Praticamente nenhum deles poderia viver de acordo com

R., 2003, «Yes to WMD: the first Islamist *fatwa* on the use of weapons of mass destruction», *PRISM Dispatches*, 1: 1 (Maio de 2003).

esses *standards* – ou, na verdade, desejaria tal coisa. Mesmo aqueles que reivindicam uma rigorosa adesão ao direito islâmico, nos seus códigos legais e práticas, como a Arábia Saudita, falham no teste no que respeita ao comportamento pessoal dos seus governantes. Pior, qualquer prova de envolvimento com as potências ocidentais é claramente uma transgressão dessas rigorosas condições, de modo que a *jihad* contra eles se torna uma obrigação que cabe, na visão extremista *salafi*, a cada muçulmano – e os que não concordam são *kuffar*, apóstatas.

Para os extremistas *salafi*, como aqueles envolvidos na al-Qaida e noutras redes semelhantes, o círculo está agora completo. Uma *jihad* defensiva contra a influência e a intrusão ocidental é um dever moral²⁹. Uma *jihad* direccionada para os governos muçulmanos corruptos que são coniventes com a influência ocidental é um imperativo para proteger o mundo muçulmano e os próprios muçulmanos precisam de expiar a sua apostasia se não aceitarem estas obrigações, porque caso não o façam, o próprio mundo muçulmano estará em pecado – e, claro que segundo a *sharia*³⁰, a pena tradicional para a apostasia é a morte. Essencialmente é este o imperativo ideológico para os extremistas islâmicos que organizam movimentos como a al-Qaida e os seus associados.

Uma rede de redes

Resta a questão de como é que estas ideias se expressaram sob a forma que hoje se conhece, isto é, principalmente como um confronto e uma provocação ao Ocidente, em particular aos Estados Unidos, dada a sua preeminência nas crises da Palestina, Iraque e Arábia Saudita, mas também aos seus aliados – incluindo governos no Médio Oriente e não só, que a al-Qaida considera corruptos e que, aos seus olhos, abandonaram o verdadeiro caminho islâmico. Neste aspecto, foi essencial o papel histórico dos acontecimentos no Afeganistão, dado que foi aqui

²⁹ É importante notar que o conceito de *jihad* é essencialmente defensivo. Por outras palavras, a *jihad* deve terminar assim que a *umma* esteja segura, independentemente dos ataques preventivos para evitar que o mundo exterior se prepare para atacá-la. Como disse Osama bin Laden numa entrevista, «não irão conhecer a paz enquanto nós não conhecermos a paz». Por outras palavras, «deixem-nos em paz e nós iremos deixar-vos em paz». Esta ideia é repetida na sua recente proposta de tréguas à Europa (ver nota 19).

³⁰ O Corão deixa claro, repetidas vezes, que a apostasia é um pecado mortal para qualquer muçulmano, embora as consequências possam ser evitadas mediante retractação. A única circunstância na qual a manifesta apostasia é tolerada é aquela que resulta da coerção – sendo a assunção de que qualquer pessoa tratada dessa forma voltará espontaneamente aos rituais muçulmanos assim que a coerção for removida (capítulo XVI, verso 10; capítulo II, verso 25). Do mesmo modo, aqueles que procuram conduzir os muçulmanos à apostasia através da conversão são considerados tão culpados como o apóstata e ambos serão punidos de modo semelhante, de acordo com a *sharia*. Não há nenhuma punição formal para a apostasia no Corão. Contudo, a tradição decreta que um homem apóstata deverá ser executado – num espaço de três dias, de acordo com algumas tradições, para permitir tempo suficiente para a retractação. À mulher apóstata bater-se-á cada três dias até que se retracte. No Irão, os ortodoxos religiosos argumentam que um apóstata «inato» (*murtad*) – um muçulmano que se converteu a outra religião – deve ser executado, enquanto que a um apóstata «nacional» (*murtad melli*) – uma pessoa que se converteu ao Islão e depois reincidiu na sua religião original – devem ser dados três dias para se retractar antes da execução. A jurisprudência autoriza também outras medidas – perda de todos os direitos civis, anulação automática do casamento, enterro fora dos cemitérios muçulmanos. Ao mesmo tempo são anulados todos os direitos de propriedade, de modo que o Estado assume o controlo da propriedade em lugar do seu detentor apóstata até uma eventual retractação, mas assume também o título depois da morte do apóstata. Sheriff, F., 1985, *A guide to the contents of the Qumran*, Londres: Ithaca Press, pp. 84, 95.

que a ideologia contemporânea da organização se forjou e foi lá que a própria organização começou³¹.

A al-Qaida e o Afeganistão

Na altura, a al-Qaida foi uma consequência directa da invasão soviética do Afeganistão, em 1979, e da subsequente reacção americana. As políticas americana e ocidental sustentaram-se numa resposta indirecta, ela própria produto das reacções sauditas à invasão. O governo saudita, com o incentivo americano, iniciou uma política de apoio às facções religiosas afegãs contrárias à presença soviética, fornecendo-lhes dinheiro, armas e militares. Também encorajou indivíduos e organizações privadas a apoiarem esta nova *jihad*. Os militares foram recrutados no Médio Oriente – e aqui os *salafis* desempenharam um importante papel – e, a uma escala menor, nas comunidades muçulmanas minoritárias na Europa e noutras regiões, através de uma organização criada para esse fim, a *al-Maktab al-Khidmat* (o Gabinete de Recrutamento). Isto foi organizado por Abdallah Azzam, que estava já no Paquistão, em Peshawar, a liderar o *Conselho de Coordenação Islâmico*.

Pouco depois do início do conflito, juntou-se a Azzam um nacional saudita descendente de uma das famílias mais ricas do reino, a família Bin Laden, que tem origens no Líbano. Osama bin Laden foi, na verdade, recrutado para o seu novo papel pelo então director dos serviços de informação nacionais, o príncipe Faisal bin Turki. Em 1984, a CIA forneceu àqueles grupos mais dinheiro e armamento, assim como apoio logístico e treino e em 1988, à medida que a luta esmorecia, Osama bin Laden criou uma organização de suporte, a al-Qaida (a Base), que funcionaria como uma plataforma de contacto entre as centenas de muçulmanos não afegãos – sobretudo árabes – que tinham passado pela sua organização. Por esta altura, Abdullah Azzam tinha morrido num acidente de carro, embora algumas fontes reivindicem que a sua morte não foi um acidente e esteve relacionada com tensões no interior da liderança da organização.

Entre 1991 e 1994, a maioria dos estrangeiros envolvidos no conflito afegão foram forçados a abandonar o Paquistão, onde estavam estabelecidos, juntamente com muito do *staff* de organizações humanitárias muçulmanas que tinham estado a prestar assistência humanitária nos campos de refugiados no Paquistão. A decisão paquistanesa de forçá-los a sair foi tomada, aparentemente, por insistência norte-americana – uma jogada, olhando para trás, extremamente insensata. Esta dispersão de uma comunidade militar altamente treinada e radicalizada tornou o papel da al-Qaida – embora Osama bin Laden tenha voltado para a Arábia Saudita no começo dos anos 90 – ainda mais importante, porque se tornara então no único meio pelo qual os seus membros poderiam permanecer em contacto. Contudo, nesta

³¹ Existem agora muitos estudos sobre a al-Qaida, embora a maioria seja sensacionalista e parcial. Talvez o melhor estudo seja o de Gunaratna, R., 2002, *Inside al-Qaida: global network of terror*, Londres: Hurst, embora se prenda muito nos detalhes e pouco na interpretação. A ligação com os Taliban está muito bem descrita em Rasid, A., 2000, *Taliban: militant Islam, oil and the new Great Game in Central Asia*, New Haven: Yale University Press e em Malley, W., (ed), 1998, *Fundamentalism reborn? Afghanistan and the Taliban*, Londres: Hurst.

altura, a organização não ia além disto, muito embora Ramzi Yusef estivesse já a começar a sua própria campanha de terror³², mas estava prestes a tornar-se em algo muito mais perigoso.

Até 1996, Osama bin Laden tinha estado na linha de frente do protesto contra os fracassos do governo na Arábia Saudita e tinha-se envolvido em iniciativas como o Comité para a Defesa dos Direitos Legítimos (*Committee for the Defence of Legitimate Rights* – CDLR) e o Comité para a Reforma Árabe (*Arab Reform Committee* – ARC), ambas organizações não violentas que beneficiavam do apoio das instituições centrais da sociedade saudita, embora fossem condenadas pelo governo³³. O próprio Bin Laden foi forçado a sair da Arábia Saudita em 1991 e a sua cidadania revogada em 1994 por causa da forma como se pronunciava sobre estes assuntos e a questão relacionada da permanente presença americana na Arábia Saudita. Diz-se que a sua expulsão ocorreu na sequência da consciencialização oficial dos sauditas de que ele poderia mobilizar até 35 mil homens, quando os propôs como tropas de assalto contra a presença iraquiana no Kuwait!³⁴. Todavia, em 1996, Osama bin Laden voltou ao Afeganistão, depois de ter sido forçado a sair do Sudão, mais uma vez em consequência da pressão americana, por suspeitas sobre o seu envolvimento no ataque de 1993 ao World Trade Center e no ataque de 1995 ao complexo militar al-Khobar na Arábia Saudita.

Terrorismo global

Resumindo, Osama bin Laden foi-se radicalizando e encarando a al-Qaida como um meio de concretizar os objectivos de combate à corrupção no Médio Oriente e de oposição ao papel dos Estados Unidos na região. Em meados dos anos 90, a liderança da al-Qaida alterou-se também significativamente e integrou uma nova série de objectivos comuns. A mudança na liderança consistiu essencialmente na introdução de militantes egípcios que tinham sido marginalizados durante a campanha islamita de 1992-1997, sobretudo dirigentes da *Gamiyat Islamiyya* e *Jihad Islami* que foram forçados a sair do Egipto em 1995 e 1996.

Os seus objectivos foram também definidos por essas mudanças, pelo que a sua análise da crise no Médio Oriente se direccionou para os regimes da região considerados corruptos e para os responsáveis pela sua manutenção no poder – os Estados Unidos. Em causa estavam também os sentimentos sauditas, de modo que a questão da presença americana na Arábia Saudita, na sequência da guerra contra o Iraque em 1990-91, estava no topo da lista dos seus ressentimentos. Interessante é que nesta altura a questão do conflito israelo-palestino não surgia explicitamente nesta agenda, distinguindo o novo movimento dos seus antecessores do Médio Oriente, embora se tenha tornado evidente na sequência da guerra afgã que os novos

³² Nunca ficou definitivamente claro se ele estava a trabalhar para uma organização ou a actuar por conta própria, talvez com poderosos apoios financeiros. Fontes americanas estão convencidas de que, mesmo já nessa altura, a organização al-Qaida era um grupo terrorista activo, embora nunca tenha havido confirmação independente (*El Hayat*, 11-09-2004).

³³ Os serviços secretos de informação britânicos, em 1996, foram incapazes de confirmar – como se acreditava na altura – que Bin Laden realmente financiava o CDLR (comunicação confidencial). O próprio Bin Laden, não obstante, tinha sido impedido de entrar na Grã-Bretanha pelo então Ministro do Interior, Michael Howard, na base de que a sua presença não iria «contribuir para o bem público».

³⁴ Isto foi aparentemente revelado pela primeira vez pelo Príncipe Faisal bin Turki, o anterior director dos serviços de informação sauditas (fonte confidencial).

meios de comunicação significavam que existia um crescente alcance e facilidade de contacto entre os grupos radicais na região.

Contudo, os movimentos de base nacional como o *Hezbollah* no Líbano, o *Hamas* nos Territórios Ocupados ou os movimentos argelinos, como os *Grupos Islâmicos Armados* ou o *Exército Islâmico do Salut*, continuaram a visar agendas especificamente domésticas e, se houvesse *spill-over* para a Europa, a sua acção estaria, mesmo assim, principalmente relacionada com acontecimentos internos. Este foi o caso da Argélia, em que os bombardeamentos no sistema de transportes e nos correios de Paris em 1995 e 1996 reflectiram a influência da situação argelina entre as comunidades migrantes com origem no Norte de África, que se preocupavam com as questões norte-africanas. O mesmo foi verdade para a curta campanha terrorista na Líbia, em 1996-97.

Isto foi ainda verdade para a crise terrorista egípcia que remontou à assinatura do tratado de paz com Israel e o subsequente assassinio do Presidente Sadat. Aí as tensões irromperam em violência em 1992, por fortes razões domésticas, que continuaram a predominar até que os movimentos foram efectivamente derrotados, em 1997, sem que existissem quaisquer efeitos significativos de *spill-over* para a Europa ou a América. Contudo, os grupos no Egipto tinham desenvolvido uma análise política muito mais sofisticada da situação do Médio Oriente, na qual os Estados Unidos eram vistos como tendo desempenhado um papel crucial de apoio e incitamento a regimes considerados corruptos, em parte por causa da importante liderança egípcia no recrutamento para o Afeganistão nos anos 80.

Todavia, já para os finais dos anos 90, há uma clara relação entre a influência desses grupos egípcios na liderança da al-Qaida e a crescente radicalização do próprio grupo, com os seus objectivos alargando-se da questão da influência americana na Arábia Saudita para a identificação da América como o principal alvo, tornando-se portanto verdadeiramente universal no seu alcance e objectivos. Assim sendo, em 1995 surgiu o seu envolvimento directo na tentativa de assassinato do presidente Hosni Mubarak em Adis Abeba, pelo *Gam'iyat Islamiyya* – a primeira prova directa de uma acção da al-Qaida. Seguiu-se a reivindicação por parte da al-Qaida dos bombardeamentos de Riade e al-Khobar em 1995 e 1996, embora o seu envolvimento directo tenha ficado sempre por provar, e a primeira *fatwa*, emitida em Agosto desse ano, atacando os Estados Unidos.

Dois anos depois veio a «Declaração da Frente Islâmica Mundial pela *jihad* contra os judeus e os cruzados»³⁵ na qual o movimento juntava forças com outros cinco grupos, dois dos quais os membros egípcios da liderança e os restantes asiáticos. O primeiro documento fazia uma ameaça directa aos americanos – não a outros – e o segundo identificava os novos alvos da al-Qaida. Estes seriam os Estados Unidos e os seus aliados (claramente Israel), até que «as

³⁵ O documento foi descrito por Bernard Lewis, que de modo algum simpatiza com os extremistas muçulmanos, como «uma magnífica peça de eloquente, por vezes até poética, prosa árabe». Conclui: «Todavia, alguns muçulmanos estão preparados para aprovar e, alguns deles aplicar, a radical interpretação religiosa da declaração. O terrorismo requer apenas alguns. Obviamente que o Ocidente precisa de se defender por todos os meios que sejam eficazes. Mas na concepção de estratégias para combater os terroristas, seria certamente útil perceber as forças que os movem.»

mesquitas Aqsa e Haram sejam libertadas do seu domínio» – por outras palavras, até que Jerusalém e Meca sejam libertadas da presença americana.

Os ataques subsequentes às embaixadas americanas no Leste de África (Agosto de 1998) e ao USS Cole no porto de Aden (Setembro de 2000) demonstraram que o movimento al-Qaida se tinha tornado global no seu alcance, estava direccionado contra os Estados Unidos e também denunciava o que considerava corrupto, especialmente na Arábia Saudita. No entanto, mesmo assim, a influência egípcia continuou a fazer-se sentir, dado que os ataques às embaixadas foram precedidos pelo repatriamento da Albânia, sob influência americana, de um proeminente egípcio islamita que havia sido condenado à morte no Egipto, juntamente com três apoiantes. Algum tempo depois do repatriamento, o *Gamiyat Islaniyya* avisou que iria retaliar e pouco depois ocorreram os bombardeamentos das embaixadas do Leste de África. Apesar de nunca ter sido confirmado oficialmente, alguns especialistas dos serviços de informação consideraram que houve uma ligação causal entre os acontecimentos na Albânia e no Leste de África – se não na determinação do alvo, dado que uma operação dessas requer um planeamento considerável, então em termos de *timing*.

Por outras palavras, a incorporação na al-Qaida dos líderes dos grupos egípcios deu-lhe um profissionalismo na organização e no modo de actuar que não tinha tido antes. Foi este factor, mais do que qualquer outro, que a fez evoluir de uma organização *jihadista*, dedicada à luta colectiva contra influências externas no Médio Oriente e à protecção da *umma* islâmica, para uma organização preparada para usar a manipulação do terror como técnica principal na luta defensiva contra os seus alvos de tirania e corrupção dentro do mundo islâmico, e contra a intervenção ocidental. De facto, desenvolveu a sua própria *praxis* de preempção, dado que as suas operações se tornaram cada vez mais agressivas, e globais, nos últimos anos.

Globalismo e localismo

Além disso, esta agenda global dificilmente conseguiria ser gerida por uma única organização, porque se tornaria tão complexa que facilmente se desmantelaria. Em parte, foi isso que ocorreu no Afeganistão, onde o movimento, na sua vertente *jihadista*, se envolveu na administração Taliban e se tornou relativamente fácil de desmantelar. Pelo contrário, a al-Qaida parece operar de uma forma muito mais descentralizada, com as decisões estratégicas a serem tomadas pelo centro e a execução a ser levada a cabo por grupos separados, com os quais está em contacto por causa do seu anterior papel como centro recrutador para a guerra afegã, nos anos 80, e como centro de informação, no início dos anos 90. Estes grupos locais podem até ser de inspiração *salafi-jihadii* – o movimento está hoje bastante disseminado pelo mundo muçulmano e proporciona uma sólida textura ideológica na qual estes movimentos conseguem encontrar a sua justificação ideológica e doutrinária – mas também têm agendas locais que são normalmente a sua principal preocupação.

Em síntese, fora da *jihad* nómada descrita por Wiktorowiczq, existe também uma série de grupos interessados na luta social e política dentro das fronteiras nacionais e, mais importante ainda, dentro das comunidades imigrantes, especialmente na Europa. Estes grupos podem até

estar ligados à al-Qaida, quanto mais não seja pela experiência comum da guerra afegã e o treino subsequente, promovido pela al-Qaida no Afeganistão a supostos *mujahidin* (aqueles que lutam na *jihad*). Estes grupos podem também estar preparados para fazer parte de operações sugeridas pelo movimento central ou que se enquadram na sua estratégia global, como parece ter acontecido recentemente na Arábia Saudita e Marrocos. Mas têm também agendas domésticas para levar adiante. Constituem uma espécie de *jihad dispersa*, um terceiro estágio na evolução da ameaça *salafi-jihadii* – uma série de movimentos distintos e autónomos com acesso a uma ideologia comum num mundo de comunicações globalizadas. Estes grupos já não necessitam de um líder, de modo que a ameaça que o Ocidente enfrenta é agora muito mais complexa, uma vez que já não existem ligações claras e delineáveis, apenas objectivos, meios e doutrinas comuns.

Migrações e jihad

A peça final neste cada vez mais complexo *puzzle* de grupos e movimentos reflecte também a natureza da al-Qaida, como uma rede de redes, o que tem uma importância directa para os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001. É que os grupos que estiveram mais envolvidos em acções, como os ataques nos Estados Unidos, foram recrutados especialmente para essa tarefa. Assim, os sequestradores do 11 de Setembro foram identificados e recrutados em Hamburgo; Ahmad Rezzam, o infeliz bombista do aeroporto de Los Angeles, foi recrutado em Montreal e Robert Reid e Zacarias Moustafaoui – aquele, o «bombista do sapato» e este, o «vigésimo sequestrador» do 11 de Setembro – foram recrutados na Grã-Bretanha. Em síntese, eles fizeram parte da vaga de migrações para a Europa do pós-guerra e o seu envolvimento foi uma afirmação sobre a alienação no contexto europeu e o seu compromisso para com os ideais *salafi*.

De qualquer forma, o envolvimento das comunidades migrantes no terrorismo é muito anterior à al-Qaida, como mostra o exemplo da França, que foi alvo de acções terroristas concertadas levadas a cabo por migrantes nos anos 80 e 90. Nos anos 80, as acções estavam relacionadas com o Médio Oriente e a percepção do papel da França na região, em particular no Líbano, Iraque e Irão. Houve uma série de ataques na rede de transportes francesa em 1985 e 1986, conduzidos sobretudo por simpatizantes de dois grupos libaneses, alguns dos quais tinham estado presos em França. Foram importantes, em particular, dois prisioneiros – Georges Abdullah, marxista, e Annis Naccache, activista xiita com ligações ao Irão.

O mais interessante foi que os activistas em causa eram principalmente norte-africanos a residir em França e na Bélgica, alguns dos quais tinham sido defensores da revolução iraniana. Em larga medida, estes incidentes revelaram também outra reflexão que é hoje extremamente importante. Os norte-africanos residentes em França envolveram-se não por causa das suas preocupações globais, mas por causa da sua sensação de alienação dentro do país. É um fenómeno hoje amplamente reconhecido em França como o problema «banlieusard» (suburbano) por causa dos subúrbios «guetizados», habitados por migrantes norte-africanos e cidadãos franceses de origem norte-africana, que circundam as principais cidades francesas.

Este padrão repetir-se-ia nos anos 90, só que nessa altura o elemento catalisador foi a crise na Argélia. Todos os grupos argelinos islamitas clandestinos, em confronto com o governo argelino, desenvolveram redes logísticas na Europa, sobretudo em França, baseadas em comunidades migrantes e em nacionais franceses de origem argelina ou norte-africana. Houve também uma vaga de terrorismo em meados dos anos 90 baseada, salvo uma excepção, na comunidade migrante francesa, representada pelas redes de Chasse-sur-Rhone e Chalabi que estiveram implicadas nos bombardeamentos ao metropolitano de Paris. A profunda alienação foi revelada numa famosa e longa entrevista publicada pelo muito respeitado diário francês *Le Monde*, em meados de 1995, a Khalid Kelkal, um importante membro do grupo Chasse-sur-Rhone, que foi morto pouco tempo depois pela polícia francesa num mediático incidente que esteve próximo da execução extrajudicial. Porém, antes disto tinham ocorrido uma série de explosões no sistema RER em Paris e a vaga de terrorismo chegou ao fim depois de um tiroteio em Lille. O único incidente que não envolveu cidadãos franceses de origem norte-africana foi a tentativa, já mencionada, de fazer despenhar um avião sobre Paris, em Dezembro de 1994.

Não há dúvidas de que os grupos logísticos e de apoio proliferaram muito mais pelo resto da Europa. Foi o caso da Grã-Bretanha, onde existiu apoio considerável ao GIA e onde, de acordo com o governo francês, estavam localizadas muitas das estruturas de comando para os ataques terroristas. De facto, nos últimos cinco anos têm decorrido processos de extradição na sequência destes casos. Todavia, em nenhum momento se sugeriu que houve incidentes ou planos semelhantes dirigidos contra a Grã-Bretanha. Na verdade, as autoridades britânicas têm sido frequentemente acusadas de proporcionarem refúgio aos responsáveis de ataques terroristas. Não há provas, além da alegação, de que o *modus operandi* destes grupos se tenha modificado depois do 11 de Setembro de 2001, na Grã-Bretanha ou em qualquer outra parte, pelo que o envolvimento migrante nas actividades da al-Qaida é uma questão de oportunismo fundado na prolongada alienação social e política decorrente da própria experiência migrante, mesmo que tenham existido também ligações directas a organizações como a al-Qaida.

Se, de facto, os migrantes são tão facilmente persuadidos a envolver-se no terrorismo, então a explicação provável tem muito mais a ver com a forma como se lida com as implicações da transformação da Europa numa complexa sociedade heterogénea, do que com a recôndita questão da protecção da *umma* islâmica, embora seja a retórica na qual se exprimem os problemas da integração falhada. Por outras palavras, é altamente questionável se a lógica da «Guerra contra o Terrorismo» tem algo a dizer sobre a resolução daquele que é um problema essencialmente europeu, cujas ligações remontam aos problemas centrais da região do Médio Oriente. De facto, é altamente questionável que esta lógica tenha capacidade para oferecer algo ao Médio Oriente, uma vez que apenas remete para os sintomas do problema e não para a causa.

As consequências

O terrorismo ligado ao movimento da al-Qaida revela problemas bastante específicos da região do Médio Oriente. Em parte, estes estão relacionados com o fracasso do desenvolvimento na região, pelo qual os governos árabes são, pelo menos, tão culpados quanto os seus congéneres ocidentais³⁶. Por outro lado, são a consequência de décadas de arrogância e negligência em relação às questões centrais da região, da governação, corrupção e da intransigência israelita. Também reflectem uma extrema insensibilidade relativamente aos valores e especificidades da sociedade muçulmana e um desconhecimento da história. Dada esta indiferença, será o fenómeno al-Qaida tão surpreendente e irá a musculatura sugerida pela «Guerra contra o Terrorismo» eliminá-lo?

Bastante melhor seria uma abordagem que englobasse construtivamente os problemas regionais, nos quais o Ocidente está implicado, a par da rejeição da violência. Assim, poder-se-ia criar um contexto favorável a que a opinião pública na região do Médio Oriente e Norte de África deixasse de simpatizar com os objectivos gerais do movimento *salafi-jihadi*, e condenasse a brutalidade dos seus seguidores mais extremistas. Tal significaria que, a par da necessária tarefa de informação e controlo, concebida para eliminar a ameaça terrorista, deveríamos levar a sério as questões políticas que estão por detrás do terrorismo e resolvê-las, independentemente do quão difícil essa tarefa possa ser³⁷. Não há nada de muito novo nisto, excepto, talvez, a coragem política para o fazer! Significaria empreender uma nova abordagem à questão palestina, baseada na justiça e imparcialidade. Requereria um reconhecimento dos erros no Iraque e uma tentativa concertada para os corrigir. Significaria igualmente acabar com a indulgência relativamente à corrupção e repressão no Médio Oriente e Norte de África, para o bem da segurança, a curto-prazo, dos interesses ocidentais na região.

A Europa tem um projecto para uma agenda deste tipo, se conseguir ultrapassar as suas reticências em agir autonomamente dos EUA, na reforçada Parceria Euro-Mediterrânica. Mas para que resulte, a União Europeia terá de ser muito mais enérgica do que hoje é na abordagem dos problemas da região e no apoio à tolerância inata da cultura do mundo islâmico. Porque essa é, no fundo, a maior fraqueza da al-Qaida e dos múltiplos movimentos que partilham os seus ideias – a sua intolerância e a opressão exercida sobre aqueles que não concordam activamente com os seus objectivos e métodos. Apesar da sua preocupação obsessiva com a justificação legal, visível na sua atenção às *fatwas* para justificar as suas acções, o movimento ajusta-se perfeitamente na categoria dos sistemas totalitários tal como definidos por Hannah Arendt³⁸ – liderança carismática de um regime repressivo baseado numa

³⁶ Ver o relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas sobre o desenvolvimento árabe. Descreve em detalhe o fracasso árabe na boa gestão do desenvolvimento, com a consequência de que as populações da região se estão a tornar absolutamente pobres, ano após ano. Foi elaborado por economistas árabes e é baseado numa miríade de dados. No entanto, nada diz sobre os danos causados pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ou sobre o papel desempenhado pela União Europeia.

³⁷ Ver Joffé, E.G.H., 2000, *International implications of domestic security*, Paper EuroMeSCo paper nº 9, Lisboa: EuroMeSCo.

³⁸ Ver Hannah Arendt, 1951, *The origins of totalitarianism*, Nova Iorque: Harvest Books.

ideologia holística, mas actuando com um poder arbitrário. Os seus argumentos foram formulados no contexto do fascismo europeu mas aplicam-se da mesma forma a outros regimes repressivos, responsáveis pelo governo de países, como os Taliban, ou arrogando para si próprios os imperativos supostamente morais do terrorismo global. A natureza autoritária e arbitrária da al-Qaida constitui a sua verdadeira fraqueza e o indicador do quanto traiu as suas origens islâmicas. Contudo, enquanto não se compreenderem as implicações tácticas e estratégicas disto, nenhuma investida contra a al-Qaida será bem sucedida.